INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 22, DE 30 DE MARÇO DE 2004.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, no uso das atribuições previstas no art. 24, Anexo I, da Estrutura Regimental aprovado pelo Decreto nº4.756, de 20 de junho de 2003, e art. 95, item VI do Regimento Interno aprovado pela Portaria GM/MMA n.º 230, de 14 de maio de 2002;

Considerando o disposto no Decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, nas Leis nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, e nº 9.985, de 18 de julho de 2000; na Resolução CONAMA nº 303, de 20 de março de 2002; Instrução Normativa nº 29, de 31 de dezembro de 2002,

Considerando a necessidade de conservar os recursos pesqueiros locais e responder às reivindicações da sociedade organizada local,

Considerando a decisão das comunidades de: Congregação, Nova Esperança, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Curuçá, Nova União, Luso Brasileiro, Livramento, Santa Maria, Conceição do Ubá, Vila do Luso, Ateuazinho, Serrana, Selva Maria, Icatú, Santa Terezinha, Pensão Era, Papua, Santana do Baixo, Caratatau, São Bernardino, Bom Jesus do Ouro, Príncipe da Paz, Boa Vista, Deus Proverá e São Manoel, e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR, Associação dos Pescadores do Moju e Movimento de Pescadores do Pará – MOPEPA, que estabeleceram o Acordo Comunitário para a Conservação e Preservação Ambiental, da região dos Rios Ubá e Jambuaçu, no município do Moju no Estado do Pará;

Considerando o que consta do Processo nº 02018.016990/2003-95; RESOLVE:

Art.1º Proibir a pesca com o uso de malhadeiras e tarrafas, anualmente, no período de 1º de novembro a 28 de fevereiro, nos rios Ubá e Jambuaçu, exceto com a utilização de linha de mão, caniço, e espinhel.

Art.2º Proibir a pesca mediante a utilização de explosivos ou substâncias que, em contato com a água, produzam efeitos semelhantes, ou substâncias tóxicas, inclusive o depósito de pimenta-do-reino (*Piper nigrum*) em tais cursos d'água, como também mediante técnica de mergulho com visor e zagaia ou máscara e zagaia.

Art.3º Proibir a pesca nos rios Moju, Ubá, Jambuaçu da Bocaina, e seus afluentes com o emprego dos métodos de tapagem, batijão e virada de raizamas.

Art.4º Permitir a pesca, anualmente, no período de 1º de março a 31 de outubro, com a utilização apenas de rede de emalhar com comprimento até 20 metros (vinte metros), e com malheiro superior a 30 mm (trinta milímetros) de malha esticada, entre ângulos de nó a nó, válida para o rio Ubá e com 10 metros (dez metros) de comprimento para o rio Jambuaçu, sendo que as redes não poderão ultrapassar 1/3 da largura de cada rio ou igarapé.

Parágrafo único. A permissão de uso de rede de emalhar é de uma por família.

Art.5º Proibir a caça de espécimes da fauna silvestre e a pesca com fins comerciais, exceto a proveniente de criadouros legalizados ou para atividade científica devidamente autorizados.

Art.6º Autorizar, na ausência de fiscalização do IBAMA, que Agentes Ambientais Voluntários, devidamente credenciados, lavrem Auto de Constatação, conforme Resolução CONAMA nº 3, de 16 de março de 1998 e Instrução Normativa IBAMA nº 19, de 5 de novembro de 2001.

Art.7º Aos infratores da presente Instrução Normativa serão aplicadas as penalidades previstas no Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999.

Art.8º Fica revogado o Acordo de Pesca de 04 de dezembro de 1998.

Art. 9º Esta Instrução Normativa entra em vigor 30 dias após sua publicação.

MARCUS LUIZ BARROSO BARROS
Presidente do IBAMA